



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Boletim Informativo CAO.EDUCAÇÃO 06.2024





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	7
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	9
OUTRAS NOTÍCIAS.....	10
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	14

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



[MPMT recebe 130 acadêmicos do curso de Direito de duas universidades](#)

O artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Esse foi o primeiro ensinamento repassado a 130 acadêmicos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (Unifacc) de Cuiabá e Várzea Grande, na manhã desta quinta-feira (16), durante mais uma edição do projeto “Ministério Público sem Mistério”.



[MPMT se mobiliza para enfrentamento à exploração sexual de crianças](#)



Nesta sexta-feira, véspera do dia 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cerca de 1.500 alunos, de 11 escolas públicas de Cuiabá e Acorizal, serão contemplados com palestras alusivas à temática. Cinco promotores e promotoras de Justiça, que atuam na defesa da Infância e Juventude, da Educação e no

combate à violência contra a mulher na Capital, irão até as escolas para abordar o tema com os alunos.

[Estudantes de medicina participam de projeto do MPMT em escola de VG](#)

Como parte das ações alusivas ao movimento Maio Laranja, de combate à exploração e ao abuso sexual infantil, o projeto “Prevenção Começa na Escola”, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, realizou nesta terça-feira (21) atividades na Escola Estadual Professora Marlene Marques de Barros, em Várzea Grande. A iniciativa contou com a participação de estudantes do sétimo semestre do curso de medicina de uma universidade do município.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[Em audiência, MP do Ceará discute nesta quinta \(09\) obrigatoriedade de profissionais de Psicologia e Serviço Social em escolas de Horizonte](#)



O Ministério Público do Estado do Ceará promove, nesta quinta-feira (09/05), audiência pública no município de Horizonte para debater a implantação da Lei 13.935/2019, que determina a presença de profissionais de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas de Educação Básica. A audiência será realizada pela 1ª Promotoria de Justiça de

Horizonte, a partir das 9h, na Câmara de Vereadores. Conforme a Lei 13.935/2019, as redes públicas de Educação Básica contarão com os serviços desses profissionais para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação por meio de equipes multiprofissionais.

[MPPA promove audiência extrajudicial para tratar sobre a efetivação do direito à “Educação Inclusiva” nas escolas estaduais](#)

Nesta quarta-feira, 8 de maio, o Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e Direitos Humanos de Belém, Leane Barros Fiuza de Mello, da 2ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém, Ioná Silva de Sousa Nunes, e da 2ª Promotora de Justiça das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho, Luziana



Barata Dantas, em atuação integrada, realizou encontro com representantes da Seduc, da Sespa, da Seaster, da SEIRDH, do CEE, do FEE/PA, para definir os encaminhamentos na busca da efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência.

[MPPB recomenda medidas para promoção da igualdade racial nas escolas estaduais](#)



O Ministério Público da Paraíba recomendou ao Estado da Paraíba e ao Conselho Estadual de Educação a adoção, no prazo de 90 dias, de uma série de medidas e providências para a implementação de políticas e programas públicos de promoção à igualdade racial na educação.

MPSP - GEDUC celebra TAC para melhorias no serviço de fornecimento de merenda escolar

O Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) de Presidente Prudente celebrou, na sexta-feira (17/5), Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura de Presidente Prudente para correção de deficiências no fornecimento da merenda escolar em 65 escolas municipais. Após visita do promotor de Justiça Gustavo Tamaoki, em conjunto com o Núcleo de Presidente Prudente (NAT), ao prédio em que funciona o Centro de Gestão de Alimentação Escolar do Município (CGAE), constataram-se deficiências estruturais e de gestão do serviço de fornecimento de merenda escolar às 65 escolas municipais.



MPAC e Sistema Fieac firmam parceria para combater o bullying nas escolas



Na manhã desta segunda-feira (20), o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac) firmaram um acordo de cooperação técnica para a realização da campanha “Bullying: A dor do outro não é brincadeira”. A assinatura do acordo ocorreu na Sala das Sessões do MPAC e contou com a presença do procurador-geral de Justiça do MPAC, Danilo Lovisaro do Nascimento, do presidente do Sistema Fieac, José Adriano Ribeiro da Silva, do superintendente do Sesi e diretor do Senai, César Dotto, e do coordenador de Compliance do Sistema Fieac, Renato Lins.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Encontro promovido pelo MPF discute riscos e gargalos para a correta aplicação dos recursos do Fundeb](#)

Com o objetivo de discutir as formas de assegurar a correta aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as estratégias para a fiscalização do emprego dos recursos, 15 procuradores e procuradoras da República atuantes na temática participaram de workshop realizado em Curitiba (PR) nos dias 22 e 23 de maio.



[MPF promove audiências públicas no interior de Pernambuco para discutir situação da educação básica](#)



As cidades pernambucanas de Machados e São Vicente Férrer, situadas no Agreste do estado, foram palco de escutas públicas em que se discutiu, no último dia 22, a qualidade da educação básica nesses municípios. A iniciativa integra o projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc), promovido em todo país pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelos Ministérios Públicos nos estados.

[Em Canápolis \(MG\), MPF realizou audiência pública para discutir situação das escolas e da educação](#)

Em audiência pública realizada no último dia 8 de maio, em Canápolis (MG), o Ministério Público Federal (MPF) dialogou com representantes do Poder Público, pais e professores sobre a situação das escolas e da educação básica no município de 10.608 habitantes (Censo IBGE 2022). O evento integra a primeira etapa do projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc), iniciativa que tem por objetivos principais fiscalizar a execução de políticas públicas de educação, verificar a existência e efetividade dos conselhos sociais com atuação na área de educação, e levar ao conhecimento do cidadão informações essenciais sobre seu direito a uma educação de qualidade e seu dever para que esse serviço seja adequadamente ofertado.



MPEduc: MPF e MPPA recomendam criação de salas de aula com recursos multifuncionais em Alenquer (PA).



O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) recomendaram que a Prefeitura e a Secretaria de Educação de Alenquer (PA) tomem todas as providências necessárias para a implementação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas do município. Essas salas são ambientes equipados com instalações, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para oferecer atendimento educacional especializado a alunas e alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

PGR recebe visita de estudantes indígenas venezuelanos refugiados no Brasil

“Aqui a gente cuida dos direitos”. Essa frase foi dita por Mateo, de 6 anos, um dos indígenas venezuelanos que visitaram a sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília, na manhã desta sexta-feira (24). O grupo, formado por 18 crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos, estudantes da rede pública do Distrito Federal, participou de atividades educativas e de entretenimento sobre o Ministério Público Federal e conheceram a exposição “Indígenas, no plural”, no Memorial MPF.



NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STJ decide que menor de 18 anos não pode fazer exame EJA para concluir ensino médio e entrar na faculdade](#)

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.127), estabeleceu que o menor de 18 anos não pode se submeter ao exame da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para obter o certificado de conclusão do ensino médio e, assim, poder entrar mais cedo no nível superior. Esse atalho tem sido utilizado por muitos jovens que conseguem aprovação no concurso para ingresso na universidade antes de terminarem o ensino médio regular.



OUTRAS NOTÍCIAS

[MEC criará protocolos para combater racismo em escolas](#)



O Ministério da Educação (MEC) vai apresentar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas. Os editais com as propostas serão publicados nos próximos meses e poderão ser aplicados em todas as instituições de ensino do país - públicas e privadas. A medida faz parte do desenho da Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que deve ser anunciada no próximo dia 14.

[CAE aprova criação de programa de inclusão digital na educação básica](#)

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (14) projeto que cria o Programa Nacional de Inclusão Digital para a Educação Básica. O [PL 4.538/2020](#), do senador Confúcio Moura (MDB-RO), recebeu parecer favorável da senadora Damarens Alves (Republicanos-DF) e segue agora para a análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT). O programa beneficiará alunos de baixa renda



regularmente matriculados em escolas públicas de ensino infantil, fundamental e médio e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com fornecimento de equipamentos para acesso à internet, além da própria conexão à rede.

[Primeira Infância: escolas devem apresentar monitoramento](#)



Escolas contempladas pelo [programa Primeira Infância na Escola](#) devem apresentar seu planejamento para a execução dos recursos recebidos na aba de monitoramento da política, disponível para ser preenchido na [plataforma PDDE Interativo](#) – referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – até 31 de dezembro de 2024. Nessa data, o programa será encerrado automaticamente, tendo em vista que não há previsão de novos repasses nem orçamento disponível.

Entra em vigor lei que prevê levantamento anual da demanda por creches no País

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.851/24, que determina aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios realizar levantamento anual de demanda da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos de idade. A medida foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (6) e se originou do Projeto de Lei 2228/20, do ex-deputado Pedro Cunha Lima (PB), aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.



Governo sanciona Lei que torna obrigatório o uso do uniforme nas escolas estaduais de MT



O uso do uniforme para alunos das escolas estaduais de Mato Grosso se torna obrigatório, após a Lei nº. 12.531/2024, sancionada pelo governador Mauro Mendes (União). Conforme consta da publicação, os alunos serão obrigados a comparecerem às unidades escolares estaduais vestindo camisa, bermuda ou short-saia fornecidos pela gestão escolar, e tênis fornecido ou não pela Administração Pública.

MEC cria programa para formar diretores e técnicos da educação

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 481, de 15 de maio, instituiu o Programa de Formação Continuada para Diretores Escolares e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec). O programa tem a finalidade de aprimorar a gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas de toda a educação básica e, assim, melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes.



MEC debate 10 anos do Plano Nacional de Educação

O Ministério da Educação (MEC) – por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) – esteve presente na reunião técnica para debater os dez anos do Plano Nacional de Educação (PNE), promovida pela Câmara dos Deputados. O encontro ocorreu na terça-feira, 7 de maio, e teve como objetivo discutir estratégias e políticas que podem ser adotadas para garantir o acesso universal à educação.



CE aprova divulgação de dados da educação básica e do ensino superior



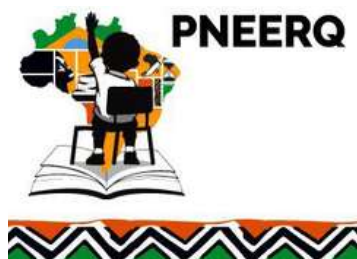
Segue para análise do Plenário projeto que determina ao poder público a divulgação e o compartilhamento de dados educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica e da educação superior. A matéria, relatada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovada nesta terça-feira (21), na Comissão de Educação (CE), juntamente com o requerimento para que seja apreciada em regime de urgência.

Brasil atinge patamar de 56% de crianças alfabetizadas

Em 2023, 56% das crianças brasileiras das redes públicas alcançaram o patamar de alfabetização definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o 2º ano do ensino fundamental. Os dados foram apresentados no 1º Relatório de Resultados do Indicador Criança Alfabetizada, divulgado nesta terça-feira, 28 de maio, pelo Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, em reunião com o Presidente da República e com governadores no Palácio do Planalto. Com esse resultado, o Brasil recuperou o desempenho de alfabetização anterior à pandemia de covid-19. Essa foi uma meta estabelecida pelo MEC para o ano passado, por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O novo Indicador é 20 pontos percentuais (p.p.) maior do que o desempenho apresentado pelo Saeb 2021, além de estar 1 p.p. acima da avaliação de 2019 (55%).



MEC cria Política Nacional de Equidade na educação



PNEERQ O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), criou a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Com a iniciativa, instituída pela Portaria nº 470, de 14 de maio, a Pasta busca fomentar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e à promoção da política educacional para a população quilombola.

Atendimento Especializado para crianças de zero a três anos vai à sanção

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (8), em votação simbólica, o projeto de lei que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce). O projeto, que veio da Câmara, estabelece também prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento.



MEC aprova novas diretrizes para formação de professores



O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta segunda-feira, 27 de maio, despacho que aprova resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. A norma atualiza outros regulamentos, de 2019 e de 2015, e estabelece, entre outros pontos, que cursos de licenciatura terão, no mínimo, duração de quatro anos, com 3.200 horas de carga horária – das quais ao menos metade (1.600 horas) deve ser realizada de forma presencial.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 14.851, DE 3 DE MAIO DE 2024](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.

[PORTARIA Nº 470, DE 14 DE MAIO DE 2024](#) - Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ.

[LEI Nº 12.531, DE 28 DE MAIO DE 2024](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar nas unidades de ensino que compõem o sistema estadual de educação e dá outras providências.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br